



**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº \_\_\_\_\_, DE 2024.**

(Do Sr. Gustavo Gayer)

Requer informações ao Senhor Ministro de Minas e Energia, sobre a notícia que duas companhias pertencentes ao governo da República Popular da China compraram no Estado do Amazonas, a maior reserva de urânio do Brasil.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Ex<sup>a</sup>., com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Sr. Ministro de Minas e Energia, informações quanto a notícia que duas companhias pertencentes ao governo da República Popular da China compraram no Estado do Amazonas, a maior reserva de urânio do Brasil.

Com o objetivo de instruir as informações relativas a este requerimento de informações e, também, tendo como base os informativos veiculados pela imprensa, solicito que sejam respondidos os seguintes questionamentos:

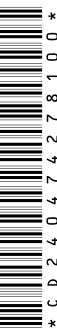
- 1- Qual é a fundamentação legal que permite a aquisição de uma reserva estratégica de urânio, localizada no Estado do Amazonas, por empresas vinculadas diretamente ao governo da República Popular da China?
- 2- Dada a importância geopolítica e econômica do urânio para o Brasil, o governo poderia esclarecer quais são os critérios legais e as regulamentações que foram seguidos para permitir a entrada de capital estrangeiro,





especialmente de uma potência como a China, em um setor tão sensível à segurança nacional?

- 3- Como o governo assegura que a aquisição dessa reserva de urânio não comprometerá a soberania nacional, em especial no que se refere à exploração de um recurso estratégico como o urânio, essencial para a produção de energia nuclear?
- 4- O urânio é um recurso essencial para a segurança energética do país, e a venda de sua maior reserva a um país estrangeiro pode colocar em risco a autonomia do Brasil nesse setor. Quais medidas estão sendo adotadas para garantir que o controle desse recurso não seja transferido de forma prejudicial à segurança energética e à independência nacional?
- 5- Quais garantias o governo tem de que a exploração da reserva de urânio será conduzida de forma transparente, respeitando o interesse público e sem causar danos ambientais irreparáveis à região amazônica?
- 6- A região amazônica, já ameaçada por questões de desmatamento e degradação ambiental, pode sofrer impactos graves com a mineração de urânio. O governo pode assegurar que a exploração dessa reserva será realizada dentro de um rigoroso controle ambiental e com pleno respeito às normas de preservação e sustentabilidade?
- 7- Quais são os mecanismos de monitoramento e fiscalização estabelecidos pelo governo para garantir que as companhias chinesas, envolvidas na aquisição, cumpram com todas as exigências legais e ambientais durante o processo de exploração do urânio?





- 8- Como o governo pretende acompanhar a atividade dessas empresas, especialmente considerando sua vinculação com o governo chinês, para evitar abusos ou práticas que possam comprometer o Brasil em termos ambientais, sociais e econômicos?
- 9- Qual a posição do governo em relação aos possíveis impactos geopolíticos dessa transação, considerando que o controle de recursos nucleares estratégicos pode afetar as relações do Brasil com outras potências mundiais?
- 10-A posse de uma reserva estratégica de urânio por uma nação estrangeira, particularmente pela China, pode afetar a posição do Brasil no cenário internacional. O Ministério tem um plano para avaliar e mitigar os riscos geopolíticos que essa negociação pode trazer para o Brasil, especialmente em termos de alinhamentos políticos e interesses externos?
- 11-O governo está realizando uma análise de riscos detalhada sobre a transferência do controle de um recurso tão importante para uma empresa estrangeira, especialmente considerando a potencial utilização do urânio para fins que não atendam aos interesses do Brasil?
- 12-Em que medida o governo está avaliando as implicações de segurança nacional e de defesa ao permitir que uma reserva de urânio estratégica caia sob controle estrangeiro? Existe algum estudo de risco sendo realizado sobre o impacto dessa transação em relação à soberania do país?





13-Quais são as condições que o governo está impondo para garantir que os lucros provenientes da exploração de urânio no Brasil sejam revertidos de forma justa e que beneficie o país, especialmente as comunidades locais no Amazonas?

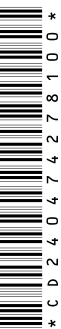
14-Quais medidas estão sendo tomadas para assegurar que a venda dessa reserva de urânio traga benefícios diretos e substanciais para o povo brasileiro, em especial para a população do Amazonas, e que não resulte em uma exploração predatória ou em um benefício unilateral para as empresas estrangeiras?

Por fim, solicita-se o fornecimento de informações complementares que o senhor Ministro de Minas e Energia entenda como pertinentes, quanto ao tema.

## JUSTIFICAÇÃO

A recente notícia de que duas grandes companhias, pertencentes ao governo da República Popular da China, estão em processo de aquisição da maior reserva de urânio do Brasil, localizada no Estado do Amazonas, levanta sérias preocupações de ordem econômica, geopolítica e de segurança nacional.

O urânio, recurso mineral estratégico utilizado para a produção de energia nuclear, representa um ativo de valor incalculável, cuja posse e controle têm implicações significativas para a soberania do Brasil e para o equilíbrio de poder no cenário internacional.





De acordo com o portal “BNC”<sup>1</sup>, a CNT, China Nonferrous Trade Co. Ltd., subsidiária da China Nonferrous Metal Mining Group Co., acaba de comprar no estado do Amazonas a maior reserva de urânio do Brasil. As duas companhias pertencem ao governo da República Popular da China. O urânio é um metal usado na indústria da guerra, notadamente na fabricação de bombas atômicas e de hidrogênio. Enriquecido, serve também como combustível em usinas nucleares para gerar energia. No Brasil, 99% do urânio é usado para esse fim.

Também, a reportagem expõe que a riquíssima reserva, agora de propriedade chinesa, fica no município de Presidente Figueiredo, na região metropolitana de Manaus, a 107 quilômetros da capital pela rodovia federal BR-174, que leva às fronteiras com Venezuela e Guiana pelo estado de Roraima. O negócio foi fechado na madrugada do dia 26 de novembro do corrente ano. O anúncio já saiu até nas bolsas de valores de Pequim e de Lima (Peru).

Salienta-se, que a transação, que envolve empresas diretamente vinculadas ao governo chinês, não apenas expõe o Brasil a uma maior dependência de potências estrangeiras para o controle de recursos essenciais, mas também coloca em risco a autonomia do país em um setor estratégico como o de energia nuclear.

A posse de uma reserva de urânio de grande porte por um ente externo levanta sérias dúvidas quanto à proteção do interesse nacional e à possível utilização desses recursos em planos que não atendem à demanda interna do Brasil. Em um mundo cada vez mais polarizado e marcado por disputas geopolíticas, o controle de fontes energéticas como o urânio tem o poder de alterar as relações internacionais, e o Brasil não pode se dar ao luxo de abrir mão de sua independência nesse setor.

Além disso, essa aquisição pode trazer consequências ambientais graves para a região amazônica, que já enfrenta desafios significativos relacionados ao desmatamento ilegal e à degradação dos

<sup>1</sup> <https://bncamazonas.com.br/poder/china-compra-no-amazonas-maior-reserva-de-uranio-do-brasil/>





CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Gabinete do Deputado Federal **GUSTAVO GAYER** – PL/GO

ecossistemas. O impacto da mineração de urânio em uma área de tamanha importância ambiental é, no mínimo, alarmante, e questiona-se a sustentabilidade e as medidas de preservação adotadas pelas empresas envolvidas. A falta de um controle rigoroso e transparente por parte das autoridades brasileiras sobre as atividades dessas companhias pode resultar em danos irreversíveis à biodiversidade e ao equilíbrio ecológico da Amazônia.

É imperativo que o governo brasileiro tome uma postura firme e responsável frente a esse processo de aquisição, assegurando que todas as negociações estejam em consonância com os princípios da soberania nacional e com os interesses do povo brasileiro. A entrada de capital estrangeiro em setores estratégicos, como a mineração e a energia nuclear, exige uma análise detalhada dos riscos envolvidos e das garantias necessárias para que a exploração desses recursos não prejudique a segurança, a autonomia e o bem-estar da população.

Contudo, a compra de uma reserva de urânio de tamanha relevância por empresas vinculadas a um governo estrangeiro não pode ser tratada como uma simples negociação comercial.

Diante dessa situação, a magnitude dessa transação exige uma reflexão profunda sobre as implicações para a economia, para a política externa e, sobretudo, para a soberania do Brasil.

Sala das Sessões, de de 2024.

Deputado **GUSTAVO GAYER**

*PL/GO*

